

Elione Cipriano da Silva

RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE EMPRESAS

**Pedido, Prestação de Contas Mensais
do Devedor e Monitoramento pelo
Administrador Judicial**

TEORIA E PRÁTICA

- > **ÊNFASE:** Contabilização Desafio "Haircut" e Efeitos Tributários.
- > **INCLUSO:** Relatório Mensal de Atividades do Devedor – RMA (Anexo II da Recomendação 72/2020 do CNJ).

Prefácios por Eliza Fazan e Mariluci Sousa Bueno

Curitiba
Juruá Editora
2022

Visite nossos *sites* na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: *editora@jurua.com.br*

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Jurua Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-65-5605-978-5

JURUA
EDITORA

Brasil – R. Flávio Dallegrave, 7.665 São Lourenço – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 CEP: 82.210-310 – Curitiba Paraná – Brasil
Europa – Rua General Torres, 1.220 Lojas 15 e 16 Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D’Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: Luiz Augusto de Oliveira Junior

Silva, Elione Cipriano da.
S586 Recuperação judicial de empresas: pedido, prestação de
contas mensais do devedor e monitoramento pelo administrador
judicial / Elione Cipriano da Silva – Curitiba: Jurua, 2022.
198p.: il.; 21cm

1. Empresas – Recuperação judicial. 2. Demonstrativos
contábeis. I. Título.

CDD 346.078 (22.ed)
CDU 347.736

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	21
Capítulo I INTRODUÇÃO ÀS CIÊNCIAS CONTÁBEIS.....	25
1.1 BREVE HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE	25
1.2 ESCOLA ITALIANA (EUROPEIA) E O MÉTODO DE ESCRITURAÇÃO POR PARTIDAS DOBRADAS	26
1.2.1 Surgimento do Débito e do Crédito “Fato Curioso”	28
1.2.2 Resumo do Mecanismo do Débito e do Crédito	29
1.3 REVOLUÇÃO INDUSTRIAL, EXPANSÃO DO COMÉRCIO E EFEITOS SOBRE A CONTABILIDADE	31
1.4 ESCOLA AMERICANA E SUA INFLUÊNCIA NA CONTABILIDADE	32
1.5 AS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE (IRFS), O COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC) E INFLUÊNCIA NO BRASIL	33
1.5.1 Adoção das Normas Internacionais de Contabili- dade no Brasil, Mediante o Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC)	35
Capítulo II TERMINOLOGIAS CONTÁBEIS.....	39
2.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	39
2.2 TERMINOLOGIA X NOMENCLATURA	40
2.2.1 Terminologias Aplicadas na Contabilidade	40
2.2.1.1 Gasto	40
2.2.1.2 Desembolso.....	41
2.2.1.3 Investimento.....	42

	2.2.1.4	Custo.....	43
	2.2.1.5	Despesa.....	45
	2.2.1.6	Perda.....	46
	2.2.1.7	Custos e despesas na precificação de produtos e serviços.....	47
Capítulo III		ENTENDENDO OS LIVROS E AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: SUA ESTRUTURA E USO.....	49
	3.1	QUANTO AOS LIVROS CONTÁBEIS PRINCIPAIS E AUXILIARES.....	49
	3.2	QUANTO AOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS EXIGIDOS POR LEI E NORMAS TÉCNICAS.....	51
	3.3	ENTENDENDO A DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE) E BALANÇO PATRIMONIAL (BP).....	54
	3.4	ENTENDENDO A DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC).....	62
	3.4.1	Estrutura da (DFC) – Pelo Método Direto.....	66
	3.4.2	Estrutura da (DFC) Pelo Método Indireto.....	68
	3.4.3	Caso Prático Demonstração Fluxo de Caixa (DFC) “Método Direto e Indireto”.....	69
	3.5	ANOTAÇÕES PONTUAIS SOBRE A DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS (DLPA) E DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DMPL) ...	78
Capítulo IV		AVALIAÇÃO DA SAÚDE FINANCEIRA DA EMPRESA	83
	4.1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	83
	4.2	COMPOSIÇÃO PATRIMONIAL.....	85
	4.2.1	Situações ou Estados Patrimoniais	87
	4.3	ANÁLISE DA SAÚDE FINANCEIRA DA EMPRESA.....	89
	4.3.1	Indicadores Financeiros Para avaliação de Empresa.....	90
	4.3.2	Aplicando os Indicadores Financeiros e Avaliando Uma Empresa: Caso Concreto.....	91

Capítulo V	DOCUMENTOS CONTÁBEIS DESCRITOS NO ARTIGO 51, DA LEI N. 11.101/2005.....	99
5.1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	99
5.2	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS OBRIGATÓRIAS.....	101
5.3	DA IMPOSSIBILIDADE DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE APRESENTAREM LIVROS E ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL SIMPLIFICADOS, PARA FINS DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....	102
5.4	DOS DOCUMENTOS CONTÁBEIS EXIGIDOS PARA O PEDIDO DE RJ DO PRODUTOR RURAL PESSOA FÍSICA.....	103
5.5	DO RELATÓRIO GERENCIAL DE FLUXO DE CAIXA E SUA PROJEÇÃO – MODELO DE UM CASO CONCRETO.....	106
5.6	DA DESCRIÇÃO DAS SOCIEDADES DE GRUPO SOCIETÁRIO.....	109
5.7	DOS OUTROS DOCUMENTOS CONTÁBEIS- - ADMINISTRATIVOS EXIGIDOS NO ARTIGO 51, DA LEI 11.101/2005.....	109
Capítulo VI	CONTAS DEMONSTRATIVAS MENS AIS, ARTIGO 52, IV DA LEI N. 11.101/2005	111
6.1	CUIDADOS NA PRESTAÇÃO DE CONTAS MENS AIS PELO DEVEDOR E DEMONSTRATIVOS OBRIGATÓRIOS	111
6.2	DISPENSA DA JUNTADA NO PROCESSO DAS CONTAS DO DEVEDOR E SIGILO EMPRESARIAL... ..	112
6.3	PENALIDADE PELA FALTA DE APRESENTAÇÃO DE CONTAS E ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL PELO DEVEDOR.....	113
Capítulo VII	MONITORAMENTO DA EMPRESA E PRESTAÇÃO DE CONTAS.....	115
7.1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	115
7.2	O RMA - RELATÓRIO MENSAL DO ADMINISTRADOR JUDICIAL DEVE ATENDER A RECOMENDAÇÃO N. 72/2020 DO CNJ – CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.....	117

7.2.1	Modelo Sugestivo de Declaração de Veracidade de Informações Recebidas.....	117
7.2.1.1	Observações acerca de alguns itens do RMA.....	118
7.2.2	Roteiro em Forma de “ <i>Check List</i> ” para Elaboração do RMA.....	119
7.3	CASO CONCRETO: EXAME DO RMA DE FEVEREIRO DE 2020 DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL DO SUPER MELO LTDA	126
7.3.1	Introdução.....	126
7.3.2	Esclarecimentos Iniciais Sobre os Itens 2.2.4 a 2.2.6 do RMA Padronizado pelo CNJ - Conselho Nacional de Justiça	127
7.3.3	Análise do Quadro de Funcionários/Colaboradores, Item 2.2.4 do RMA	128
7.3.4	Análise dos Dados Contábeis e Informações Financeiras	130
7.3.5	Análise da Demonstração de Resultados (evolução), com Ênfase na Evolução e Análise do Faturamento, Receita x Custo e Receita x Resultado	137
7.3.6	Análise dos Indicadores Financeiros – Índices de Liquidez (Item 2.2.6.1 do RMA - CNJ).....	141
7.4	DOS DEMAIS RELATÓRIOS PADRONIZADOS PELA RECOMENDAÇÃO N. 72/2020 DO CNJ.....	147

Capítulo VIII	O DESÁGIO <i>HAIRCUT</i> NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL E CONSEQUÊNCIAS TRIBUTÁRIAS-CONTÁBIL.....	149
8.1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	149
8.2	O PROJETO DE LEI 4.458/2020, VETOS DO EXECUTIVO E REJEIÇÃO PELO CONGRESSO NACIONAL	150
8.3	O CONCEITO DE RENDA, PROVENTOS E RECEITA	153
8.3.1	Hipóteses de Tratamento Tributário-Contábil do Deságio “ <i>Haircut</i> ” na Recuperação Judicial ..	155
8.3.1.1	Estudo do reconhecimento da receita pela obtenção do deságio.....	156

	8.3.1.2	Aplicação das três hipóteses num caso simulado.....	157
Capítulo IX		RESPONSABILIDADE CIVIL, PENAL E ADMINISTRATIVA DO CONTABILISTA.....	163
	9.1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	163
	9.2	DA RESPONSABILIDADE CIVIL E O DEVER DE INDENIZAR O DANO	163
	9.3	DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO CONTADOR	166
	9.3.1	Diagramas Demonstrativos das Responsabilidades Cíveis do Contabilista.....	168
	9.4	DA RESPONSABILIDADE PENAL E APLICAÇÃO DE “PENA” AO CONTADOR.....	169
	9.4.1	Dos Crimes por Infração a Lei n. 11.101/2005 e Responsabilização do Contador	172
	9.4.2	Diagramas Demonstrativos das Responsabilidades Penais do Contabilista, Inclusive por Infração a Lei n. 11.101/05	174
	9.5	DA SOLIDARIEDADE DO PROFISSIONAL CONTÁBIL	175
	9.5.1	No Âmbito Federal	175
	9.5.2	No Âmbito Estadual.....	176
	9.5.3	Diagramas Demonstrativos das Responsabilidades Solidárias Federal e Estadual Aplicáveis ao Contabilista	177
	9.6	DA RESPONSABILIDADE PROFISSIONAL /ADMINISTRATIVAS DO CONTADOR.....	178
		REFERÊNCIAS.....	183
		ÍNDICE REMISSIVO	185